

Política fiscal: as dificuldades do ajuste*

*Isabel Noemia Rückert***

*Maria Luiza Blanco Borsatto***

O déficit público continua como um dos principais obstáculos a ser enfrentado pelo Governo para a consolidação do Plano de Estabilização. Desde a implantação do Real, exceto em 1994, quando ocorreu um superávit operacional, o Governo vem registrando elevados déficits operacionais consolidados.

O objetivo deste texto é efetuar uma análise das principais contas governamentais nos primeiros meses de 1998. Com esse sentido, são abordados as evoluções do déficit público e da dívida líquida, o desempenho da execução financeira do Tesouro Nacional e o comportamento da arrecadação dos tributos federais até fevereiro de 1998.

A evolução do déficit público

O déficit público operacional consolidado em 1997 obteve um resultado pior do que no ano anterior, passando de 3,75% do PIB em 1996 para 4,30% do PIB em 1997. Até janeiro de 1998 (últimos 12 meses), esse percentual elevou-se para 4,50% do PIB. Pelo conceito primário (que exclui os gastos com juros), ocorreu um déficit de 0,94% do PIB em 1997. Esse percentual ficou bem abaixo da meta do Governo, que era a de atingir um superávit primário global de 1,5% do PIB. No início do ano (janeiro de 1998), o déficit primário alcançou 0,83% do PIB, o que significou uma pequena melhora. Esse resultado reflete o efetivo esforço fiscal do Governo, uma vez que a parcela das despesas financeiras (juros reais) está condicionada à política monetária adotada.

* O texto foi elaborado com informações obtidas até 03.04.98.

** Economista, Técnica da FEE.

As autoras agradecem a colaboração dos colegas Alfredo Meneghetti Neto, Núbia Marques da Silva e da estagiária Patrícia Piccoli Guimarães.

Levando em consideração as contas do Governo Federal e do Banco Central, houve um déficit operacional de 1,73% do PIB em 1997. Excluindo o pagamento dos juros reais de 1,49% do PIB, verificou-se um déficit primário de 0,24% do PIB. A estimativa era alcançar um superávit primário de 0,8% do PIB. A principal causa de o Governo Federal não ter atingido sua meta foi o déficit de R\$ 3,8 bilhões nas contas da Previdência. No primeiro mês do ano de 1998, o déficit primário obteve uma melhora, passando para 0,07% do PIB, em vista dos resultados fiscais favoráveis, decorrentes, em alguma medida, do pacote adotado em novembro de 1997.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público no Brasil — dez./94-jan./98

DISCRIMINAÇÃO	(% do PIB)				
	DEZ/94	DEZ/95 (1)	DEZ/96 (1)	DEZ/97 (1)	JAN/98 (1)
Total nominal	45,22	7,18	5,87	6,13	6,18
Governo Federal e Bacen	17,69	2,31	2,55	2,61	2,61
Governos estaduais e municipais	19,25	3,56	2,72	3,07	3,05
Empresas estatais (2)	8,28	1,31	0,60	0,45	0,52
Total operacional	-1,36	4,87	3,75	4,30	4,50
Governo Federal e Bacen	-1,62	1,66	1,62	1,73	1,80
Governos estaduais e municipais	0,58	2,35	1,82	2,29	2,32
Empresas estatais (2)	-0,32	0,86	0,31	0,28	0,38
Total primário	-5,26	-0,36	0,09	0,94	0,83
Governo Federal e Bacen	-3,15	-0,58	-0,38	0,24	0,07
Governos estaduais e municipais	-0,88	0,17	0,55	0,77	0,70
Empresas estatais (2)	-1,23	0,05	-0,08	-0,07	0,06
Total de juros reais	3,89	5,23	3,66	3,36	3,68
Governo Federal e Bacen	1,53	2,24	2,00	1,49	1,74
Governos estaduais e municipais	1,45	2,18	1,27	1,52	1,62
Empresas estatais (2)	0,91	0,81	0,39	0,35	0,32

FONTE: Notas do Bacen para a imprensa (07.04.98).

NOTA: 1. Fluxo dos últimos 12 meses.

2. Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período, com base no IGP-DI.

3. O deflator usado foi o IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

4. O sinal negativo indica superávit.

(1) Dados preliminares. (2) Engloba as empresas federais, estaduais e municipais.

Por sua vez, os estados e os municípios acumularam um déficit operacional de 2,29% do PIB em 1997, devido, principalmente, à elevação do pagamento dos juros reais. O Governo Federal renegociou as dívidas da maioria dos estados (20) com taxas de juros menores. Os estados que não assinarem o acordo ficarão impedidos de contrair empréstimos de bancos oficiais federais.

No que se refere ao resultado primário dos estados e dos municípios, houve um aumento dos seus gastos no último mês desse ano, pois, até novembro, as contas primárias estavam equilibradas. Até dezembro (últimos 12 meses), o déficit primário atingiu R\$ 6,88 bilhões, o equivalente a 0,77% do PIB, ante um resultado praticamente equilibrado (0,03% do PIB) até novembro de 1997.

Os estados aumentaram significativamente o déficit num único mês (dezembro de 1997), porque quitaram débitos atrasados referentes a dívidas de anos anteriores (por exemplo, precatórios, débitos com empreiteiras e fornecedores) e, também, efetuaram gastos correntes e de investimentos.

De acordo com a metodologia adotada pelo Bacen, o uso de recursos da privatização para quitar compromissos desse tipo amplia o déficit público, pois os mesmos não são incluídos como receitas. No caso da utilização dessas receitas para abater dívida pública, os efeitos ocorrem com a redução dos juros pagos sobre a mesma. Isso significa que, para a privatização ter um efeito fiscal positivo, é necessário que os recursos sejam utilizados para reduzir a dívida pública.

O Bacen, a partir de dezembro de 1997, começou a elaborar dois tipos de informações para as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP): uma incluindo as receitas com privatizações, e outra sem considerar estes recursos. Essas duas formas de cálculo registram resultados bem diferenciados; por exemplo, no caso dos estados e dos municípios, o resultado primário até janeiro de 1998 passou de um déficit de 0,70% do PIB (excluindo as receitas com privatizações) para um superávit primário de 0,53% do PIB (incluindo essas receitas).

No que se refere às empresas estatais, as mesmas encerraram o ano de 1997 com um pequeno superávit primário de 0,07% do PIB, decorrente dos reajustes das tarifas telefônicas e de energia elétrica. Todavia, no resultado até janeiro de 1998, apresentaram um déficit primário de 0,06% do PIB.

A evolução do Programa Nacional de Desestatização

No período 1991-97, o Programa Nacional de Desestatização (PND) privatizou 50 empresas e participações acionárias estatais federais e repassou à iniciativa privada seis concessões, obtendo recursos da ordem de US\$ 26

bilhões. Desse valor, o Governo obteve uma receita de venda de US\$ 17,9 bilhões, transferindo dívidas no montante de US\$ 8,1 bilhões (Tabela 2).

Os resultados obtidos com o PND no período 1996-97 superaram as expectativas do próprio Governo tanto em termos de receita como pela diminuição da dívida pública, anteriormente contraída pelas estatais e avalizada pela União, além de outros efeitos indiretos positivos. A receita das vendas atingiu US\$ 8,3 bilhões, ou seja, 47% do total auferido pelo PND, e a dívida transferida pelas estatais somou US\$ 4,2 bilhões, representando 48% do total do resultado financeiro das privatizações. Em relação ao resultado geral obtido no período 1991-98, os dois últimos anos atingiram o montante de US\$ 12,5 bilhões, representando 48% do total dos recursos obtidos pelo PND.

Nos dois anos considerados, foram transferidas pelo Governo Central para a iniciativa privada, por concessão, arrendamento ou venda, empresas dos setores ferroviário, portuário, de mineração e financeiro, dentre as quais, seis trechos da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), um terminal de contêineres — o TECON 1 — no porto de Santos, da Companhia das Docas de São Paulo, a Companhia Vale do Rio Doce – Caraíbas e o Banco Meridional.

Apesar de o Governo ter estimado obter, em 1998, cerca de US\$ 33 bilhões com as privatizações, especialistas do mercado financeiro brasileiro têm a expectativa de que o valor fique próximo a US\$ 60 bilhões, ou seja, o dobro do valor calculado pelo BNDES. Neste ano, o PND, também prevê em seu cronograma a negociação de empresas de saneamento, novas concessões de rodovias federais, até instituições financeiras, além de portos.

Tabela 2

Resultado do Programa Nacional de Desestatização — 1991-97

ANOS	NÚMERO DE EMPRESAS	RECEITA DAS VENDAS (US\$ milhões)	DÍVIDAS TRANSFERIDAS (US\$ milhões)	TOTAL (US\$ milhões)
1991	4	1 614	374	1 988
1992	14	2 401	982	3 383
1993	6	2 627	1 561	4 188
1994	9	1 966	349	2 315
1995	8	1 003	625	1 628
1996	11	4 078	669	4 747
1997	4	4 267	3 559	7 826
TOTAL	56	17 956	8 119	26 075

FONTE: BNDES.

O problema do endividamento do setor público

A dívida líquida do setor público mede o total do endividamento desse setor (interna e externamente), deduzindo os seus créditos. O estoque da dívida líquida vem registrando crescimento desde 1994, passando de R\$ 153 bilhões (28,5% do PIB) nesse ano para R\$ 316 bilhões (35,5% do PIB) até janeiro de 1998. Desse total, 85% representa dívida interna. O item mais significativo dessa dívida é o endividamento mobiliário federal fora do Banco Central. Este registrou um acréscimo significativo, subindo de R\$ 60,2 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 263,2 bilhões até janeiro de 1998. Esse acréscimo deveu-se a diversos fatores, dentre os quais: a elevação da taxa de juros no início de 1995, para evitar a saída de investidores estrangeiros do País logo após a crise do México; e, também, a entrada de recursos externos, que são esterilizados com o lançamento desses papéis. Além disso, para o próprio financiamento do déficit público.

Essa dívida tem um crescimento endógeno, que são os encargos financeiros. Apenas no mês de dezembro de 1997, a dívida mobiliária interna federal fora do Banco Central cresceu 63%, subindo de R\$ 120 bilhões em novembro para R\$ 190 bilhões. No final do ano passado, o aumento da dívida foi devido, principalmente, às emissões de Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) para assumir dívidas do Estado de São Paulo no montante de R\$ 55,6 bilhões (Banespa e a Nossa Caixa Nosso Banco — R\$ 44,3 bilhões), efetuadas pelo Tesouro Nacional, e à emissão de outros R\$ 6 bilhões para adiantamento à Previdência.

O Governo aumentou as taxas de juros a partir de outubro de 1997, para impedir a fuga de dólares em decorrência da crise asiática. Somente nos meses de novembro e dezembro, a União, os estados e os municípios pagaram R\$ 2,7 bilhões a mais na conta de juros em virtude dessa elevação. Todavia o Governo vem desde novembro diminuindo gradualmente essas taxas.

A redução ocorrida em março de 1998 (a quarta) foi maior do que a esperada pelo mercado. A Taxa Básica do Banco Central (TBC) caiu de 34,5% a.a. para 28% a.a. Essa queda poderá aliviar o peso do pagamento dos juros sobre a dívida pública. Por sua vez, houve um crescimento na entrada líquida de investimentos diretos estrangeiros nos dois primeiros meses do ano, o que possibilitou a ampliação do percentual de redução dessa taxa.

Além disso, em novembro, após a crise asiática, dada a insegurança decorrente dessa conjuntura, o Governo Federal viu-se obrigado a reduzir os prazos de vencimentos dos títulos pré-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional (LTNs). Em vista disso, uma parcela do estoque da dívida, lançada no final de 1997, em torno de R\$ 67 bilhões, tinha como vencimento o mês de março de 1998. Isso significa que, a partir de abril, deverá ocorrer um aumento significativo de gastos com a rolagem da dívida.

Afora isso, o Governo Federal ampliou a colocação de títulos públicos com correção cambial, que já representam em torno de 17% do total dos títulos públicos.

Tabela 3

Dívidas líquida total, interna e externa do setor público — 1994/98

DISCRIMINAÇÃO	1994		1995 (1)		1996 (1)	
	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB
Dívida interna	108 806	20,2	170 311	24,5	237 600	29,4
Governo Federal e Bacen	33 395	6,2	66 731	9,6	115 736	14,3
Governos estaduais e municipais	49 285	9,2	70 227	10,1	90 332	11,4
Empresas estatais	26 126	4,9	33 353	4,8	31 532	3,9
Dívida externa	44 357	8,3	38 132	5,5	31 593	4,0
Dívida Total	153 163	28,5	208 443	29,9	269 193	34,4

DISCRIMINAÇÃO	1997 (1)		1998 (1) (2)	
	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB
Dívida interna	269 968	30,2	278 379	31,2
Governo Federal e Bacen	149 987	16,8	156 664	17,5
Governos estaduais e municipais	111 978	12,5	113 512	12,7
Empresas estatais	8 004	0,9	8 203	0,9
Dívida externa	38 580	4,3	38 324	4,3
Dívida Total	308 549	34,5	316 703	35,5

FONTE: Notas do Bacen para a imprensa (07/04/98).

NOTA: 1 Os valores anteriores a julho de 1994 foram convertidos pela URV de 30.06 94.

2. O deflator usado foi o IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte)

(1) Dados preliminares. (2) Saldos até janeiro.

O resultado da execução financeira do Tesouro Nacional em 1997

A execução financeira do Tesouro Nacional, no período de janeiro a dezembro de 1997, acumulou um superávit primário de R\$ 6,7 bilhões. Esse resultado, comparado ao do mesmo período de 1996, foi superior em 114,93%, representando 0,78% do PIB.

Esse resultado positivo dos 12 últimos meses foi consequência do desempenho de determinados tributos, tais como: da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), da arrecadação do Imposto sobre Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado,

decorrente do crescimento das importações de produtos tributáveis, da elevação da alíquota do Imposto sobre Operação Financeiras (IOF) — para operações de crédito de pessoas físicas — e da concessão dos serviços públicos de telecomunicação.

As receitas totais acumuladas somaram, no período de janeiro a dezembro de 1997, R\$ 111,96 bilhões, apontando um crescimento de 10,06% em relação ao ano anterior. Destaca-se que, desse total, R\$ 101,69 bilhões se referem às receitas administradas (tributárias), que foram 8,16% superiores em 1996.

No que diz respeito às despesas, em 1997 as mesmas cresceram 6,75% em relação a 1996, totalizando R\$ 105,27 bilhões. Dentre os fatos que mais influenciaram esse resultado, estão o repasse de R\$ 1,7 bilhão para estados e municípios, em função da Lei Complementar nº 87/96; as transferências constitucionais, vinculadas à arrecadação em decorrência de uma receita maior no período; e o aumento dos gastos com Outros Custeios e Investimentos, item da despesa que cresceu quase R\$ 5 bilhões, encerrando 1997 com um valor 25,14% superior ao de 1996.

Cabe enfatizar, também, que, em 1997, o Governo conseguiu reduzir em 1,3% os gastos com pessoal, após medidas tomadas em 1996, diminuindo o crescimento vegetativo da folha de pessoal e, conseqüentemente, representando uma economia de R\$ 581 milhões em 1996.

O Resultado Operacional, no acumulado janeiro a dezembro de 1997 em relação ao mesmo período de 1996, registrou um déficit de 2,04%, totalizando R\$ 9,1 bilhões, desempenho um pouco melhor do que o apresentado em 1996 — R\$ 9,29 bilhões. Esse resultado foi conseqüência do crescimento dos juros reais líquidos, pelo regime de competência, que passaram de R\$ 12,4 bilhões em 1996 para R\$ 15,8 bilhões em 1997, o que representou uma elevação de 27,30% em um ano.

O resultado nominal, onde estão incluídas as despesas com correções monetária e cambial, apresentou um déficit 0,14% superior no acumulado de 1997 em relação a 1996, o que representa um crescimento pouco significativo.

Como se pode verificar, existe uma discrepância entre as contas do Governo Federal elaboradas pelo Banco Central e as computadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Em 1997, as contas do Tesouro Nacional apresentaram resultados mais favoráveis para o setor público federal. O Banco Central, que calcula o resultado consolidado do setor público, incluindo União, estados, municípios e empresas estatais, obtém números mais globais.

Os números do Bacen são mensurados “abaixo da linha”, o que significa apurar o aumento ou a redução da dívida líquida (débitos e créditos), o que, pelo conceito, é igual a déficit ou superávit. As contas da Secretaria — apenas para o Governo Federal — são “acima da linha”, com a contabilização das receitas e

das despesas no momento da liberação. Esta última não considera diversas liberações, tais como: as emissões de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), os subsídios agrícolas e as liberações para o Funcafé.

Para aproximar-se dos dados calculados pelo Bacen, a Secretaria do Tesouro Nacional efetuou uma nova metodologia, cujos primeiros resultados foram divulgados para os dados de janeiro de 1998.

Nessa nova medida, o resultado do Tesouro Nacional registrou um superávit primário de R\$ 626 milhões, o equivalente a 0,9% do PIB em janeiro de 1998, contra um déficit de R\$ 986,4 milhões no mesmo mês do ano anterior. As receitas do Tesouro atingiram R\$ 11,8 bilhões, enquanto as despesas somaram R\$ 11,2 bilhões. Entre as despesas, o principal gasto nesse mês foi com Pessoal e Encargos, que somou R\$ 4,3 bilhões contra R\$ 3,8 bilhões no mesmo mês de 1997, representando um crescimento real de 14,15%. Esse acréscimo deveu-se, em grande parte, ao pagamento de sentenças judiciais e à implementação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário.

Tabela 4

Necessidade de financiamento do Tesouro Nacional — 1996-97

DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ/96 (R\$ milhões)	JAN-DEZ/97 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ <u>1997</u> 1996
A - RECEITA TOTAL (1)	101 727	111 961	10,06
A.1 - Administrada	101 695	109 991	8,16
A.1.1 - Restituições	-2 951	-2 885	-2,24
A.2 - Demais	3 619	5 620	55,30
A.3 - Incentivos fiscais	-636	-766	20,45
B - DESPESA TOTAL	98 614	105 270	6,75
B.1 - Despesas vinculadas	30 094	33 066	9,88
B.1.1 - Transferências constitucionais	22 888	23 822	4,08
B.1.2 - Demais transferências	7 206	9 244	28,28
B.2 - Despesas ordinárias	68 520	72 204	5,38
B.2.1 - Pessoal e encargos	44 604	44 023	-1,30
B.2.2 - Outros custeios e investimentos	19 848	24 837	25,14
B.2.3 - Operações oficiais de crédito	1 507	1 394	-7,50
B.2.4 - Restos a pagar	2 561	1 950	-23,85
C - RESULTADO PRIMÁRIO(A - B)	3 113	6 691	114,93
D - JUROS REAIS (competência)	12 411	15 799	27,30
E - RESULTADO OPERACIONAL(C - D) ..	-9 298	-9 108	-2,04
F - CORREÇÃO MONETÁRIA	10 723	10 940	2,02
G - RESULTADO NOMINAL	-20 021	-20 048	0,14

FONTE: Tesouro Nacional.

NOTA: Os valores estão a preços de dezembro de 1997, os quais foram inflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

(1) Receitas líquidas de restituições.

Tabela 5

Necessidade de financiamento do Tesouro Nacional — jan./97-jan./98

DISCRIMINAÇÃO	JAN/97 (R\$ milhões)	JAN/98 (R\$ milhões)	Δ% 1998 1997
A - RECEITA TOTAL	8 825,1	11 836,3	34,12
A.1 - Administrada pela SRF	8 075,4	11 230,5	39,07
A.2 - Restituições	-32,4	-83,8	158,64
A.3 - Diretamente arrecadadas	533,7	556,9	4,35
A.4 - Demais	292,2	260,2	-10,95
A.5 - Incentivos fiscais	-43,8	-127,5	191,10
B - DESPESA TOTAL	9 811,5	11 209,4	14,25
B.1 - Transferências a estados e municípios	2 251,7	2 659,6	18,12
B.2 - Despesas da administração federal	7 387,0	8 310,7	12,50
B.2.1 - Pessoal e encargos	3 801,2	4 339,0	14,15
B.2.2 - Despesas de custeios e capital	3 585,8	3 971,7	10,76
B.2.2.1 - Abono e seguro desemprego	445,7	275,4	-38,21
B.2.2.2 - Desapropriação para reforma agrária	37,2	1,9	-94,89
B.2.2.3 - Outras despesas de custeio e de capital	3 102,9	3 694,4	19,06
B.3 - Subsídios	172,8	239,1	38,37
B.3.1 - Operações oficiais de créditos	172,8	164,2	-4,98
B.3.2 - Fundos regionais	0,0	74,9	0,00
C - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)	-986,4	626,9	-163,55
D - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,5	0,9	-

FONTE: Tesouro Nacional.

NOTA: Inclui Governo Federal, exceto INSS (arrecadação própria e benefícios pagos).

A arrecadação dos tributos federais

A arrecadação dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e das demais receitas (taxas, contribuições controladas por outros órgãos, exclusive as contribuições previdenciárias) atingiu R\$ 21,4 bilhões no bimestre jan.-fev./98, registrando um crescimento real de 22,69% em relação ao mesmo período de 1997, quando totalizou R\$ 17,5 bilhões (Tabela 6):

Esse desempenho foi influenciado, em grande parte, pelas medidas adotadas pelo pacote fiscal baixado pelo Governo Federal em nov./97, o qual alterou a legislação de importantes tributos.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, prorrogada até dezembro de 1999, influenciou, de forma significativa, a arrecadação do primeiro bimestre de 1998, apresentando um crescimento de 142,921%, comparando

seu recolhimento ao do mesmo período do ano anterior¹. Nesse bimestre, a CPMF atingiu R\$ 1,3 bilhão frente aos R\$ 550 milhões no mesmo período de 1997.

Considerando-se a análise do desempenho dos principais tributos da União, destaca-se o Imposto de Renda, mais especificamente, o Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF), que apresentou um crescimento de 62,62% em relação ao mesmo bimestre de 1997.

Tabela 6

Arrecadação dos tributos federais — jan.-fev. 1997-98

DISCRIMINAÇÃO	JAN/98 (R\$ milhões)	FEV/98 (R\$ milhões)	JAN-FEV/97 (R\$ milhões)	JAN-FEV/98 (R\$ milhões)	Δ% 1998 1997	Δ% FEV JAN
Imposto de Renda	5 074	3 499	5 794	8 573	47,96	-31,04
Pessoa física.....	125	98	222	222	0,00	-21,60
Pessoa jurídica.....	1 163	1 067	1 808	2 230	23,34	-8,25
Retido na fonte.....	3 786	2 334	3 764	6 121	62,62	-38,35
Imposto sobre Produtos Industrializados	1 217	1 448	2 727	2 665	-2,27	18,98
Fumo.....	242	271	539	513	-4,82	11,98
Bebidas.....	240	221	368	461	25,27	-7,92
Automóveis.....	26	110	184	136	-26,09	323,08
Outros.....	709	846	1 636	1 555	-4,95	19,32
Imposto sobre Operações Financeiras	339	345	546	684	25,27	1,77
Imposto sobre Importação	511	412	727	923	26,96	-19,37
Imposto sobre Exportação	0,1	0,3	0,0	0,0	19,97	200,00
ITR.....	32	26	33	57	72,73	-18,75
CPMF.....	741	595	550	1 336	142,91	-19,70
Cofins.....	1 616	1 438	3 297	3 053	-7,40	-11,01
PIS/PASEP.....	653	591	1 308	1 244	-4,89	-9,49
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	716	702	1 126	1 418	25,93	-1,96
Outras contribuições	274	221	595	495	-16,81	-19,34
Outras receitas administradas	60	18	39	78	100,00	-70,00
Receitas administradas pela SRF	11 233	9 295	16 742	20 526	22,60	-17,25
Demais receitas	317	597	733	914	24,69	88,33
TOTAL GERAL RECEITAS ...	11 550	9 892	17 475	21 440	22,69	-14,35

FONTE: Ministério da Fazenda.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de fevereiro de 1998

¹ Salienta-se que a cobrança da CPMF foi iniciada em 25 de janeiro de 1997, correspondendo a um menor número de dias em relação a 1998.

Esse acréscimo origina-se na alteração da legislação imposta pelo pacote fiscal e está relacionado a dois fatores importantes. O primeiro é a elevação de uma das alíquotas do IR, que passou de 25% para 27,5%; refletindo-se no IRRF — rendimentos do trabalho, provocando um acréscimo de 27,66% no primeiro bimestre de 1998 em relação a igual período em 1997, passando de R\$ 1,15 bilhão para R\$ 2,4 bilhões em 1998. O segundo fator está relacionado com a taxaçoão do IRRF — rendimentos de capital, através das modificaçoões na tributaçoão dos estoques dos fundos de investimentos, especialmente os de renda fixa.

Essas mudanças ocasionaram o crescimento do IRRF — rendimento do capital em 170,76% no período jan.-fev./98 em relação ao mesmo de 1997, passando de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,12 bilhões em 1998. Este último fator foi o que mais pesou no desempenho do IRRF, pois tributou todos os fundos de renda fixa com rendimentos acumulados até 31 de dezembro de 1997. Já neste ano, esses fundos passarão a ser tributados na data de seu aniversário e não mais no final do período de aplicaçoão.

Salienta-se, também, o crescimento da arrecadaçoão do Imposto de Renda-pessoa jurídica (IRPJ), que superou em 23,34% o resultado do primeiro bimestre de 1997, passando de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 2,2 bilhões em 1998. Esse aumento foi ocasionado pela antecipaçoão, por parte das empresas, do pagamento das cotas da Declaraçoão de Ajuste de 1998 vencíveis em março, principalmente no caso das entidades financeiras.

No que se refere ao IPI total, este apresentou um decréscimo de 2,27% no bimestre jan.-fev./98 em relação ao mesmo de 1997. Somente o IPI sobre bebidas teve crescimento positivo, atingindo o percentual de 25,27%, passando, assim, de R\$ 368 milhões em 1997 para R\$ 461 milhões em 1998. Esse desempenho foi influenciado pelo acréscimo das vendas e, principalmente, pelo reajuste das alíquotas do Imposto para os principais produtos do setor.

Quanto ao Imposto de Importaçoão, também houve um crescimento de 26,96% no período jan.-fev./98 em comparaçoão com o mesmo bimestre de 1997.

Outro tributo que apresentou acréscimo no período foi o IOF, atingindo 25,27% em relação ao primeiro bimestre de 1997. Esse aumento deveu-se à elevaçoão da alíquota de 6% para 15% sobre operaçoões de crédito relativas às pessoas físicas, bem como sobre as aplicaçoões financeiras resgatadas no prazo de carência (ver outras incidências como taxaçoão de gastos no Exterior, etc.)

A Contribuiçoão Social sobre Lucro Líquido (CSLL) mostrou, no período jan.-fev./98, um crescimento de 25,93% em relação ao mesmo período de 1997, atingindo, no primeiro bimestre de 1998, R\$ 1,4 bilhão frente a R\$ 1,1 bilhão em 1997.

Assim como o IRPJ, a CSLL possibilita às empresas o pagamento antecipado das cotas de Declaração de Ajuste referentes a 1998, sendo que o recolhimento por parte das entidades financeiras contribuiu de forma significativa para seu desempenho.

Concluindo, pode-se observar que o aumento da arrecadação do primeiro bimestre 1998 em relação ao mesmo bimestre de 1997 foi consequência mais do aumento de alíquotas dos tributos e da adoção de novas modalidades de cobrança do que propriamente do crescimento da arrecadação baseado em um maior esforço de fiscalização, no sentido de aumentar a receita e de diminuir a sonegação.

Conclusão

O Governo anunciou um pacote fiscal em novembro de 1997 com o objetivo de reduzir o déficit público. Todavia os efeitos das medidas adotadas, que pareciam suficientes para compensar o aumento da taxa de juros, podem não sê-lo, em vista dos resultados desfavoráveis atingidos pelo setor público em 1997.

Existe a expectativa de que o resultado primário do Governo Central, o qual mede o esforço fiscal efetuado, deverá registrar uma melhora neste ano. Como se verificou, as receitas tributárias continuaram a evidenciar resultados favoráveis nos primeiros dois meses do ano de 1998, porém não deverão ser suficientes para garantir uma trajetória sustentada para o Governo Federal nos próximos anos.

A CPMF, que representa uma parcela expressiva das receitas tributárias, estará em vigor até janeiro de 1999, enquanto o Fundo de Estabilização Fiscal terminará em dezembro daquele ano. Diante disso, o Governo deverá adotar medidas adicionais para reduzir o desequilíbrio fiscal.

Quanto à taxa de juros, a sua trajetória de queda, que iria favorecer a redução do endividamento do setor público, depende da situação do mercado financeiro internacional e da entrada de recursos externos no País. Nos últimos meses, as reservas internacionais têm crescido expressivamente, atingindo US\$ 67 bilhões (pelo conceito de caixa) no final de março de 1998.

Todavia, para um ajuste de mais longo prazo, o Governo conta com a aprovação das reformas estruturais em tramitação no Congresso Nacional. A Reforma Administrativa foi aprovada em segundo turno pelo Senado. O texto já aprovado pela Câmara deverá ser promulgado nos próximos meses. Quanto à Reforma da Previdência, até o final do mês de abril deverá voltar a ser discutida na Câmara. O Governo espera uma aprovação definitiva da emenda até maio de 1998.

No que diz respeito à Reforma Tributária, a mesma encontra-se parada no Congresso há mais de dois anos. É intenção do Governo enviar uma nova proposta para discussão no Congresso Nacional.

Bibliografia

CONJUNTURA ECONÔMICA (1998). Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, v.52, n.3, mar.

INFORMAÇÕES FIPE (1998). São Paulo : Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, n.210.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações Econômicas. Nota para a imprensa (Política Fiscal) 07.04.98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2a.htm>**. Arquivo capturado em 8.4.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Arrecadação dos tributos: fevereiro 98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>**. Arquivo capturado em 12.3.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Financeira do Tesouro Nacional [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/tesouro/stn.html>**. Arquivo capturado em 3.2.98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Financeira do Tesouro Nacional [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/tesouro/stn.html>**. Arquivo capturado em 7.4.98.